

## Movimento Escola Sem Partido: uma indagação de seus “reais” intentos e efeitos



Vitor Hugo Rinaldini Guidotti<sup>1</sup>

### Resumo

Pretendeu-se neste artigo indagar a respeito dos objetivos e efeitos do Movimento Escola Sem Partido (MESP) à luz de contribuições teóricas e analíticas. Como resultado, percebe-se que não se pode considerar os interesses desse movimento apenas como circunscritos ao âmbito educacional, pois suas ações e as teias que compõem suas alianças ensejam um olhar mais amplo, referente a um projeto que busca, em essência, manter intacta os determinantes da ordem social estabelecida pelo capital.

**Palavras-chave:** Escola Sem Partido; Dominação; Razão; Democracia.

### Abstract

The purpose of this article was to inquire about the objectives and effects of the Movimento Escola Sem Partido (MESP), in the light of theoretical and analytical contributions. As a result, it is perceived that the interests of this movement cannot be considered only as circumscribed to the educational scope, since its actions and the webs that make up its alliances give rise to a broader look, referring to a project that seeks, in essence, to keep intact the determinants of the social order established by capital.

**Keywords:** Escola Sem Partido; Domination; Reason; Democracy.

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Endereço eletrônico: vitor\_guidotti@live.com.

Comunista é o pseudônimo que os conservadores, os conformistas e os saudosistas do fascismo inventaram para designar simplisticamente todo o sujeito que clama e luta por justiça social.

- *Érico Veríssimo (Incidente em Antares, 1971)*

## Introdução

A bela passagem supracitada é elucidativa quando nos deparamos com o cenário político e ideológico que constitui os últimos tempos. Contrariando a suposta condição de um saudável debate entre vieses muitas vezes antagônicos que a condição de democracia deveria permitir, a interlocução presente no romance de Veríssimo entre o padre Pedro-Paulo e o padre Gerônimo simula com primor, ainda que passados tantos anos, a tentativa de determinados setores da sociedade em obliterar toda a crítica de um mundo pintado de verde e amarelo, cores que muito exprimem a atual realidade brasileira.

Perseguição de jornalistas, critérios ambíguos em decisões econômicas implantadas pelo governo, desdém às condições que a idade avançada suscita, violência policial como solução da violência, florestas em chamas, biologização sexual inconteste, ignorância em detrimento ao saber e argumentos raivosos anticientíficos como inabaláveis fontes de conhecimento: estes fatos sintetizam o que a nova ou renovada força indômita que se manifesta no Brasil alvitra como valores inalienáveis da família tradicional e da própria civilização.

Ainda que as tentativas falhas tentem convencer, estes valores não surgem espontaneamente, como se de repente parcela considerável da sociedade, de maneira intencional, buscasse um “resgate”, no estilo “*Make Brazil Great Again*”, contra a “ditadura comunista, gayzista, feminazi e ambientalista que as forças demoníacas pretendem implementar pela via do Estado”<sup>2</sup>. O que se evidencia, ao contrário, é um movimento sistematizado de alianças alinhadas a um espectro ideológico em torno de pautas que ganham espaço na grande imprensa, no âmbito da justiça, na política e na economia. A

---

<sup>2</sup> Esta frase pode soar absurda, mas se sustenta em face das manifestações sociais observadas nos últimos anos no Brasil. Nos discursos de representantes de grupos de direita e extrema-direita que reemergiram no cenário político e social brasileiro (MIGUEL, 2018), estes termos são corriqueiros. A título de ilustração, o ex-astrólogo e autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, considerado um dos “pilares” do conservadorismo e reacionarismo no país, dedica escritos e vídeos em suas redes sociais cujos termos citados são muito comuns. Não obstante, é preciso frisar que se trata de um discurso vazio, mesmo que evado de sentidos e moral com fins políticos e ideológicos alinhados a interesses conservadores, fundamentalistas e neoliberais.

prioridade seletiva das passagens escolhidas para serem transmitidas ao vivo em rede nacional enfatiza esta afirmação.

Certamente o cenário educacional não se exclui ou é excluído desta conjuntura. Cada vez mais percebe-se o avanço da perseguição que professores e demais profissionais da educação sofrem por grupos que consideram suas práticas uma ameaça aos educandos e a sociedade como um todo. Neste contexto, o Movimento Escola Sem Partido (MESP) se mostra como protagonista deste fenômeno em termos de educação no país.

Pretendendo compreender quais seus anseios para além do que é oficialmente indicado pelo movimento, o objetivo deste trabalho é mobilizar um conjunto de autores para analisar os “reais” intentos e efeitos do MESP. Para isso, no primeiro tópico é discutido a noção de “neutralidade” que o movimento define como característica intrínseca da educação, afim de situá-lo num contexto histórico e político. Na sequência, o segundo tópico oferece uma discussão teórica e analítica, no sentido de buscar condições para indagar sobre o que o Escola “Sem” Partido pode revelar.

## **1. O que a “neutralidade” do MESP pode revelar**

Nos últimos anos, no Brasil e no mundo, são perceptíveis as manifestações de grupos organizados que adotam bandeiras declaradamente de direita e extrema-direita. No caso brasileiro, observa-se o surgimento dessas organizações, tais como: Instituto Millenium (IMIL) em 2006, o Instituto Mises Brasil (IMB) e o Partido Libertário (Líber) em 2007, a fundação do Instituto Ordem Livre e do Estudantes Pela Liberdade (EPL) em 2009, o Movimento Brasil Livre (MBL) em 2013, o Partido Novo em 2015 e o Partido Patriota em 2017, dentre outras organizações com alcance político. Em comum, tais grupos demonstram uma campanha que visa, a partir de uma linguagem e ação muito peculiares, propor que o ultraliberalismo e conservadorismo tornem-se valores comuns em sociedade, cujo alcance de tal objetivo passa por uma visão de “Estado mínimo” e a certeza de que qualquer perspectiva progressista ou de esquerda não devem ser levadas a sério pela população (ROCHA, 2018).

No bojo desta ascensão conservadora e até mesmo reacionária, uma iniciativa com enfoque na educação ganha relevância: o MESP. Pelos educadores e pesquisadores na área

da educação, o MESP é reconhecido enquanto um grupo que visa vilipendiar a liberdade de cátedra docente e incutir no âmbito educacional perspectivas antagônicas às tendências educacionais histórico-críticas.

Criado em 2004 por Miguel Nagib, um advogado e ex-procurador do Estado de São Paulo, o MESP usa seu site oficial<sup>3</sup> como suporte principal do movimento. De acordo com o site, o Escola sem Partido “é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Além disso, afirmam que ocorre uma constante “doutrinação ideológica” e política na educação pública, que afeta a neutralidade do Estado e da educação e surrupia o direito de estudantes terem respeitadas suas convicções morais, ofendendo tanto eles como seus pais sob o pretexto de combater a discriminação e promover a cidadania [sic?]. Segundo o movimento, um de seus objetivos é denunciar a “doutrinação cometida” por docentes e atuar nos âmbitos político e jurídico em prol de leis que se traduzem em “deveres” aos professores. Ainda na *homepage*, há modelos disponíveis de projetos de leis a serem utilizados por parlamentares interessados em efetivar a proposta do MESP em suas respectivas casas legislativas. A ideia considerada um trunfo para o movimento é que a sua atuação parte da defesa de uma suposta “neutralidade” da educação, tangível, mas impossibilitada por docentes mal-intencionados e articulados em conspirações comunistas – muitas vezes tratados como “militantes disfarçados de professores” –, além de agirem orientados pela “ideologia de gênero”.

Todavia a neutralidade que o MESP deseja como reconhecimento de sua atuação não se sustenta a partir de suas práticas e alianças. O movimento recebeu e recebe grande apoio de figuras conhecidas no campo da direita e extrema-direita, tais como: o governador do estado de São Paulo João Dória (PSDB), os deputados federais Alexandre Frota do ex-Partido Social Liberal (PSL) e agora filiado ao PSDB e Kim Kataguirí (Democratas e coordenador do MBL), a família Bolsonaro, composta pelo pai e os três filhos que ocupam cargos políticos, além dos movimentos, alguns partidos políticos e organizações citados anteriormente. Vale considerar também a atuação do MESP nos parlamentos brasileiros, inclusive com a tentativa de aprovação de um projeto de lei com o conteúdo de suas proposições no Congresso Nacional, no ano de 2018, amplamente apoiado por

---

<sup>3</sup> Informações sobre o MESP e seu programa estão disponíveis em <<http://escolasempartido.org/>> e <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

parlamentares que compõem o amplo espectro político de direita. Neste sentido, passaremos por alguns casos em que suas manifestações políticas e entrelaçamentos ideológicos ficam mais evidentes e colocam em suspensão sua defesa de neutralidade na educação.

Uma curiosidade, antes da atualização dos sites do movimento que aconteceu no segundo semestre de 2019, é que ao acessar seu portal um grande *pop-up* era apresentado ao internauta com o seguinte aviso: “Está é a página do Movimento Escola Sem Partido. Para visitar a página do anteprojeto de lei contra a doutrinação nas escolas, ‘clique aqui’”. A impressão é que o objetivo deste aviso era indicar que existe uma diferença entre o “movimento” e o “projeto” que levam o mesmo nome, isto é, havia o interesse de indicar que a constituição do anteprojeto de lei não se referia às ações perpetradas pelos simpatizantes do movimento, que tenta defender, de maneira falha, certa independência do projeto com a linha ideológica de seus simpatizantes. Com as novas atualizações, o *pop-up* deixou de aparecer.

Além do *pop-up*, outro caso também demonstra o intento em separar o MESP de sua proposta legislativa, como ocorreu no debate entre Miguel Nagib e Fernando Penna, professor da UFF, a respeito do Escola Sem Partido, no programa Sala Debate transmitido pelo Canal Futura em 2016<sup>4</sup>. No programa, quando Fernando Penna procura fazer uma relação entre o projeto de lei e o conteúdo do site do MESP, Nagib o interrompe de maneira abrupta e indica que ambos foram convidados para discutir o “projeto”, e não o “movimento”. Penna tenta explicar que não é possível compreender o projeto sem entender sua origem, o que se mostra uma tentativa em vão para o coordenador do MESP.

Além disso, Fernando Penna (2017) aponta que Nagib foi articulista do IMIL, e que um de seus artigos publicados no site do Instituto apresentava o título “Por uma escola que promova os valores do Millenium”. Diante dessa publicação feita por Nagib, Penna indaga:

Quais são os valores, então, que devem ser ensinados nessa escola que promova os valores do Millenium? “Propriedade privada”, “responsabilidade individual” e “meritocracia”. Fica a pergunta: esses são os valores neutros necessários para transmissão do conhecimento? Meritocracia é um valor neutro necessário para transmissão do conhecimento? Eu creio que não (PENNA, 2017, p. 40).

---

<sup>4</sup> Link para acesso ao programa: < <https://bit.ly/2ab2BWQ> >. Acesso em 10 jan. 2020.

Entendendo que o artigo desmoronaria a afirmação de neutralidade do MESP e seu projeto, este deixou de apresentar a autoria como de Miguel Nagib por um tempo, e depois foi retirado do portal em que fora publicado.

Soma-se a isso intenso apoio do MESP à Jair Messias Bolsonaro e demais candidatos do legislativo e executivo do Partido Social Liberal (PSL) e entre outros partidos com pautas conservadoras e liberais na campanha eleitoral de 2018 – apoio que se manteve aos candidatos eleitos passadas as eleições. Estes candidatos, incluindo o vitorioso no pleito à Presidência da República, sempre apresentaram em suas campanhas a defesa das pautas semelhantes ao do MESP, quando não citaram o próprio movimento. Porém, passadas as eleições e Jair Bolsonaro ocupando a presidência do país, o MESP publica em sua página no Facebook a seguinte mensagem<sup>5</sup>:

Por absoluta falta de apoio, suspenderemos nossas atividades neste perfil a partir de 1º de agosto. Daí pra frente, denúncias, pedidos de socorro e orientação deverão ser dirigidos ao MEC, secretarias de educação, Ministério Público e políticos que se elegeram com a bandeira do ESP (Página do movimento “Escola sem Partido”, em 16 de julho do 2019).

Segundo entrevista concedida ao jornal O Globo (Ferreira, 2019), Miguel Nagib lamenta que precisa bancar as ações do MESP sem nenhuma ajuda externa. Em sua fala, indica claramente que por Bolsonaro ter usado o “Escola sem Partido” para se eleger, e por ter iniciativas apoiadas pela classe empresarial, seria justa uma ajuda de custo para o movimento por parte destes simpatizantes. Passados alguns dias, uma postagem<sup>6</sup> com a assinatura de Nagib é feita no Facebook do MESP, agora com a informação de que os recursos para a continuidade de sua atuação foram obtidos. A origem de tais recursos não é informada na postagem.

Conforme Frigotto (2017), para entender as teses deste movimento não devemos nos ater apenas às suas máximas, é preciso explorar seus efeitos e aquilo que já está sedimentado nas relações sociais. Tanto Frigotto (2017) como Saviani (2017) demonstram que a compreensão do MESP deve passar invariavelmente pela correlação com o contexto político que o Brasil passa, isto é, deve-se considerar o recrudescimento de visões de mundo que, embora nunca tenham desaparecido, reemergem como ideário de grupos dominantes que se evidenciam mais tenazmente desde as manifestações de junho de 2013. De lá para

---

<sup>5</sup> Link para acesso à mensagem: <<https://bit.ly/2zsN8us>>. Acesso em 10 jan. 2020.

<sup>6</sup> Link para acesso à postagem: <<https://bit.ly/2PjVkrz>>. Acesso em 10 jan. 2020.

cá, a democracia brasileira, segundo estes autores, sofre com constantes golpes, não apenas o considerado golpe parlamentar-jurídico-midiático à presidente Dilma Rousseff, mas também pelo avanço das forças que defendem um projeto de nação que pretende implementá-lo às custas do respeito aos devidos processos legais que deveriam constituir a espinha dorsal da democracia. É precisamente aqui que o MESP precisa ser contextualizado para compreender seus intentos. Voltaremos a tratar das reflexões desses autores mais adiante.

Neste trabalho não visamos apresentar a trajetória sistematizada do MESP no cenário público, o que certamente demonstraria mais enfaticamente seu posicionamento político e ideológico, no entanto, os casos aqui apresentados revelam que a suposta neutralidade que o movimento reclama apresenta fortes traços conservadores e ultraliberais – o que anula a sua propensa neutralidade, portanto. Neste sentido, mesmo que não seja novidade o fato de o MESP não sustentar a característica de neutralidade autoatribuída em sua proposta educacional, é importante situar sua atuação e alianças para, assim, desenhar de modo inteligível seus atributos. Ao apresentar um perfil ideológico bem definido, alinhado com uma ideia de “liberalismo de mercado e conservadorismo de costumes”, a constante tentativa do MESP de desassociar suas propostas legislativas da gênese política do movimento incita entender os “reais” interesses que esta estratégia de ação pretende atingir.

Desta forma, prosseguiremos a compreensão do MESP, amparados a partir de relevantes contribuições teóricas e analíticas, no sentido de entender os seus reais intentos no âmbito da educação.

## **2. O que realmente quer o Movimento Escola Sem Partido?**

O propósito deste tópico é mobilizar um conjunto de autores que auxilie no objetivo de entender os reais interesses do MESP. Nos referimos a “reais” não com a pretensão de indicar que o movimento se equivoca em apresentar seus objetivos, mas no sentido de entender os interesses “ocultos”, aqueles que, não percebidos intencionalmente e até não pretendidos racionalmente pelos próprios proponentes, revelam os autênticos impactos almejados ou produzidos no tecido social.

Umas das bases de nossa interpretação está em Marx e Engels (2005). Em *A ideologia alemã*, ao apresentar sua crítica a até então filosofia com que digladiavam, Marx e Engels esboçam o que viria a ser o fundamento de toda a sua teoria da história da humanidade como a história da luta de classes entre exploradores e explorados. Um dos raciocínios presentes na obra e que nos ajuda se refere a maneira como se consegue determinar que a classe dominada siga os interesses da classe dominante. Marx e Engels (2005, p. 78) apontam que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é a força material da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante”. Com isso, no sentido do conflito entre classes sociais, as ideias dominantes são assimiladas pela classe dominada, visto que esta não possui as condições materiais de produção material e espiritual. Assim, a classe dominante domina o pensamento, a produção de ideias e, portanto, a interpretação do mundo que justifica sua posição de classe dominante ao mesmo tempo que justifica a posição da classe dominada. Para que se mantenha enquanto classe dominante e consiga alcançar seus objetivos, “[...] é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente legítimas” (MARX e ENGELS, 2005, p. 80).

O raciocínio de Marx e Engels (2005) publicado originalmente em 1932 e escrito entre 1845 e 1846 ainda permite uma potente condição de compreender o que constitui a contemporaneidade. A classe dominante, para que torne universal suas ideias, precisa veicular seus valores, dentre outras instituições, na e pela educação. É a partir da educação que se forma a compreensão de mundo da classe dominada, e, assim, ao deter a produção espiritual de uma época, consegue-se enfatizar como conhecimento científico, isto é, acadêmico e legítimo, as ideias da classe dominante. Interessante notar que com este raciocínio pode-se chegar à conclusão de que está no poder do Estado a condição de produção das ideias dominantes que poderiam ser disseminadas na escola, porém, Marx e Engels (2005) advertem que seria absurdo procurar no Estado a fonte das explicações históricas, visto que é a sociedade civil o verdadeiro palco da história, onde é possível observar as relações sociais próprias que se tornam as ações legitimadas pelo Estado<sup>7</sup>.

---

7 Obviamente Marx e Engels (2005), ao explicar a maior relevância da sociedade civil em relação ao Estado para compreender a realidade social, não quiseram diminuir a importância de entender o que constitui o Estado, pelo contrário: o Estado, que nada mais é do que “[...] uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa” (MARX, e Engels, 1997, p. 31), atua a partir das ideias dominantes no sentido de legitimar a sua dominação.



Paulo Freire, cuja contribuição teórica é deveras influenciada pelas suas leituras de Marx, corrobora o argumento levantando segundo o qual o Estado legitima os interesses da classe dominante, incluindo as ideias disseminadas pelo processo educacional. Para ele seria ingênuo esperar que a educação oferecida pela classe dominante ofereça as condições de desvelamento das contradições sociais (FREIRE, 1981), isto significa que o Estado ocupa um papel central na manutenção, segundo seus termos, da opressão da classe oprimida. Citando Simone de Beaviour, Freire (1987) afirma que o interesse dos opressores – a classe dominante, neste sentido – é transformar a mentalidade, e não a realidade dos oprimidos, para que assim melhor os domine. Assim, haverá reação dos opressores toda vez que sua situação favorecida for contestada.

Neste sentido, se agrava mais ainda a compreensão das contradições do mundo pelos oprimidos quando a própria capacidade de pensar se torna mero utensílio ao serviço dos imperativos do capital. Em *Eclipse da razão*, Horkheimer (2002) sustenta a afirmação de que a razão se tornou um instrumento. Para ele, a razão passou por um processo de diferenciação entre a religião, cujas bases de ambas as perspectivas se tornam bastante distintas uma da outra. A diferença entre a razão e a religião é bem observada a partir do século XIX, em que, por conta das revoluções americana e francesa, o conceito de nação passa a ser um “princípio diretor”, que se fundamentava na razão. A razão, neste contexto considerada fundamento, era aquela que apresentava os princípios da constituição política, isto é, “[...] as ideias de justiça, igualdade, felicidade, democracia, propriedade, todas se proclamavam corresponder à razão, emanar da razão” (HORKHEIMER, 2002, p. 25). No entanto, a partir da influência do “princípio abstrato do interesse pessoal”, que para o autor corresponde ao núcleo da ideologia oficial do liberalismo, a razão passa a inverter de posição, ou seja, os valores os quais era fundamento passaram a ser os “fundamentos” da razão. Assim, a razão, concebida como “[...] um conjunto de percepções intelectuais fundamentais, inatas ou desenvolvidas pela especulação [...]” (HORKHEIMER, 2002, p. 24) se converte em instrumento, “seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la” (HORKHEIMER, 2002, p. 26). Na perspectiva deste autor, a razão transfigurou-se, paulatinamente, por conta da dominação das ideias liberais e do princípio subjetivista do interesse pessoal, em um mero instrumento técnico da reprodução da economia, portanto, sem possibilidade de romper sua lógica:

Quanto mais as ideias se tornam automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamento com significado próprio. São consideradas como coisas, máquinas. [...] O significado é suplantado pela função ou efeito no mundo das coisas e eventos. [...] A verdade e as ideias foram radicalmente funcionalizadas e a linguagem é considerada como um mero instrumento, seja para a estocagem e comunicação dos elementos intelectuais da produção, seja para a orientação das massas (HORKHEIMER, 2002, p. 29).

Horkheimer compreende este eclipse da razão com muito temor. Nesta situação, em que a razão se torna técnica, os valores fundamentais à dignidade humana, por não serem cientificamente comprovados seguindo uma operação matemática validada pela sociedade, tendem a perder qualquer valor social, e, desta forma, “quanto mais emasculado se torna o conceito de razão, mais facilmente se presta à manipulação ideológica e à propagação das mais clamorosas mentiras” (2002, p. 29). Conforme o autor, a democracia, sem seu fundamento racional, pode ser violada por interesses econômicos sem que haja qualquer possibilidade de contestação. Com o fundamento da democracia em ruína, sem as possibilidades críticas que a razão poderia prover, um poder político momentâneo pode propor uma reforma social, que avilta os direitos mais básicos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que estes últimos incentivam a reforma e comemoram sua implementação. Aliás, quanto mais dominadas estiverem as massas, servindo como instrumento de forças obscuras, maior será sua evocação enquanto instrumento científico de critério entre o que se busca e o que se deve evitar, de tal forma que o julgamento do povo incapacitado de refletir substitua a própria razão.

De Horkheimer conseguimos extrair a compreensão do motivo pelo qual o processo escolar se constitui cada vez mais como uma formação técnica, sem possibilidade real de compreender o mundo. Ora, se o pensamento só é válido a partir de sua aplicação prática, quando a razão perde seu potencial especulativo e se torna um “cálculo” da reprodução econômica da vida, a formação escolar proporcionará a adequação ideal para a adaptação ao mundo, sem questionamentos da realidade a qual está inserida. Conforme Penna (2017) a concepção de escolarização, e não de educação, se adequa melhor ao que é defendido pelo MESP, visto que para o movimento o professor não deve ser um educador. Para o MESP, o ato de educar é dever exclusivo da família e da religião, limitando o professor a mero instrutor, apenas com a função de “[...] transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno” (PENNA, 2017, p. 36). Para o MESP,

por mais impossível que pareça independente de orientação político-ideológica, o papel da escola e dos professores seria ensinar conteúdos de maneira neutra sem que estes dialoguem com a realidade do aluno, sem mobilizar quaisquer valores, em especial aqueles que defrontem as concepções de mundo imperantes, como o capitalismo e da “família tradicional”. A escola é concebida como um espaço de treinamento para uma sociedade que não apresenta necessidade de mudança. Aqui, a proposta do MESP, à luz da reflexão pretendida, desnuda os objetivos de uma educação compromissada com os valores dominantes.

Desta forma, aprofunda-se o abismo que as massas, que os oprimidos precisam superar na busca pela conscientização, o que para Freire seria a tomada da consciência da realidade e o princípio da possibilidade de superação das mazelas sociais (FREIRE, 1987, 1981). A força dominante, neste sentido, suplantou a condição da razão como forma de superar sua posição dominante, ao relegá-la como mero instrumento da reprodução do capital.

Seguindo este raciocínio, em *A educação para além do capital*, Mészáros (2008, p. 25) aponta que “poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”. Para Mészáros (2008, p.35), nos últimos 150 anos a educação institucionalizada serviu “[...] ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar a transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...]”. Para isso, a classe dominante deturpa a interpretação da realidade, distorcendo a história a favor da racionalização e legitimação da ordem social estabelecida, práticas que se aplicam “[...] não só nos órgãos que em larga escala formam a opinião política, desde os jornais de grande tiragem às emissoras de rádio e de televisão, mas até nas supostamente objetivas teorias acadêmicas” (2008, p. 37).

Segundo Mészáros (2008), qualquer mudança que não considere o modo de reprodução da sociedade, isto é, caso se pense uma proposta educacional sem perspectivar sua relação com a vida material, tenderá a alguns ajustes pontuais, conformando-se com a regra geral e, portanto, sem alterá-la. Mészáros não considera surpreendente que as utopias educacionais formuladas no âmbito do capital, por mais progressistas e utópicas que pareçam, tendam a manter intocáveis os interesses da classe dominante. Há, assim, a constatação de que o capital possui uma lógica educativa desumanizadora, que preconiza

como valores inalienáveis aqueles oriundos do individualismo, sem oferecer elementos para abordagens que questionem a reprodução do mundo social. O próprio acesso à escola é a condição de exclusão social, que reifica a vida e o viver enquanto engrenagem da vida mercantil. No prefácio à obra de Mészáros, Emir Sader (2008, p. 17) afirma que “vivemos o que alguns chamam de ‘novo analfabetismo’ – porque é capaz de explicar, mas não de entender [...]”. Talvez esta seja uma frase que explique, de certa maneira, a dominação pela classe dominante, não apenas da educação institucional, mas também, como aponta Horkheimer, da própria razão.

Neste contexto, na perspectiva do Estado como instituição que reproduz o espírito da classe dominante, e a razão como um instrumento do capital, como compreender, hoje, a possibilidade de entender a democracia como uma forma de governo que representa plenamente a soberania popular? Seria fundamentalmente a partir deste princípio a possibilidade de busca por uma educação que tenha relação com as necessidades dos dominados. Todavia, as pistas de sua insuficiência já foram apresentadas por Horkheimer (2002), quando mostra a ilusão da democracia ao entender como seu triunfo do processo democrático um veredito popular impregnado, em detrimento da razão, pela vontade dominante.

Não obstante, Jaques Rancière em *O ódio à democracia* traz pertinentes reflexões a respeito. Rancière (2014, p. 09) traça dois modelos de democracia que parte para elaborar seu pensamento. Primeiramente, demonstra que Marx, a partir de sua análise sobre o fundamento da constituição republicana, estabeleceu uma forma de entender os rumos da democracia, em que suas leis e instituições “[...] são as aparências por trás das quais e os instrumentos com os quais se exerce o poder da classe burguesa”. Certo desse princípio, tornou-se prioridade, a partir de outra visão e para a plenitude da democracia “real”, lutar contra tal configuração que privilegia os dominantes como um caminho a ser trilhado. Assim seria possível uma democracia que estivesse atrelada às vontades do povo.

No entanto, como demonstra o título de sua obra, Rancière fala de um ódio à democracia. Para este autor, nenhum porta-voz da democracia reivindica uma democracia mais real, pois já a consideram plena. Não se queixam da maneira como as instituições se situam na esfera democrática em relação ao poder do povo e não propõem medidas para

restringi-lo<sup>8</sup>. O problema é outro, “para eles, a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela”, pois “é do povo e de seus costumes que eles se queixam, não das instituições de seu poder” (RANCIÈRE, 2014, p. 10). Ainda que pareça dúvida, o novo sentimento antidemocrático que Rancière fala, ao mesmo tempo que critica a democracia quanto esta se postula como promotora da igualdade e defensora das diferenças, é apoiada quando instrumento de expansão dos “valores da civilização”. Assim, segundo Rancière (2014, p. 11), o novo ódio à democracia se define da seguinte forma: “só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática”.

Se pensarmos o caso do Brasil, quando das manifestações de rua mais recentes que pediram ditadura militar, podemos compreender do que Rancière está tratando. Para ele, importa indagar por que nas democracias existem discursos que tendem a culpabilizar a própria democracia como o mal do mundo. Para tentar compreender tal situação, Rancière (2014) parte de uma visão da democracia realmente praticada, que mais se refere a uma forma de poder que atende aos interesses oligárquicos. Na apropriação da coisa pública por interesses de um pequeno grupo, algumas liberdades são garantidas a muito custo, mas se trata de garantias individuais, prazeres privados que distancia cada vez mais a paixão democrática do bem comum. Desta maneira, a democracia se torna um processo, uma forma de resolver questões pontuais sem criar um horizonte de mudança, e com isso “o resultado é que os ‘candidatos de protesto’ ganham mais votos do que os ‘candidatos de governo’” (2014, p. 96). O interesse da democracia se torna o interesse das soluções tangíveis ao momento que se enfrenta individualmente. Rancière demonstra que essa forma de conceber a democracia não produz abstenção participativa, pelo contrário, cada vez mais há mobilização popular em prol de candidatos medíocres.

---

8 Aqui tendemos a problematizar a afirmação de Rancière (2014). Caso tenhamos entendido apropriadamente seu raciocínio a respeito de não existir desejo por partes dos porta-vozes da democracia em restringir o poder do povo, uma afirmação que parece bem definida em seu texto, podemos citar algumas experiências recentes que podem contradizer sua afirmação. Se tomarmos como base o governo do presidente Jair Bolsonaro, veremos que, embora não seja transparente suas intenções, há sim propostas em fazer com que o povo tenha menos voz nas instituições. Este presidente excluiu vários conselhos, em diferentes níveis de atuação, que poderiam oferecer maior participação social, além disso, são graves as intervenções que Bolsonaro está promovendo nas Universidades Federais do país, desconsiderando consultas prévias nestes espaços e nomeando pessoas que ou tiveram uma votação inexpressiva ou que sequer participaram da consulta pela comunidade acadêmica. Tais formas de agir também estão presentes em outros países, como na Hungria, com Viktor Orbán, e na Turquia de Recep Tayyip Erdogan. Assim, nos parece que ocorre uma excitação antidemocrática que apenas não rejeita a vontade popular, como também pretende alterar as próprias instituições a favor da concentração de poder. Contudo, mesmo com essas observações do que ocorre em algumas democracias, parece-nos que a afirmação de Rancière ainda se mantém correta se tomada como abordagem geral.

No entanto, este esquema da democracia que permite a oligarquia governar sem oposição e com apoio popular tende a paralisar quando ocorre a contradição entre dois princípios de legitimidade. Resumidamente, os estados oligárquicos conseguem governar a partir da legitimidade da suposta soberania popular, isto é, governam porque foram eleitos para exercer tal função, o que permite a eles constituir uma visão de que há apenas uma realidade cujas ideias se circunscrevem. Quando esta realidade entra em crise, as oligarquias e a sua ciência, que basicamente é a concepção de economia que reivindica a ilimitação do poder econômico, é tido como o único fundamento para as questões de governo. Entretanto, a oligarquia necessita da legitimidade da vontade popular, e não de sua ciência puramente. Cria-se aí uma situação de tensão entre a vontade popular e a vontade oligárquica travestida de ciência. Como a oligarquia, no poder, ignora os anseios populares e os limita a todo custo, o fruto dessa limitação tende a ser o retorno da vontade popular sob diferentes formas de extremismo e reinvenções que se caracterizam por fundamentar seus anseios em outras bases que não as democráticas. Entendendo a oligarquia que sua ciência não possui legitimidade, esta procura justificá-la por conta da ignorância do povo, isto é, para a oligarquia seu projeto de governo é o ideal, e só é rejeitado por aqueles que são “retardatários”, e quaisquer outras formas de governo que concebiam a vontade popular é taxado de populismo. Desta forma, para Rancière mostra que

Populismo é o nome cômodo com que se dissimula a contradição entre legitimidade popular e científica, a dificuldade do governo da ciência para aceitar as manifestações da democracia e mesmo a forma mista do sistema representativo. Esse nome mascara e ao mesmo tempo revela a grande aspiração da oligarquia: governar sem povo, isto é, sem divisão do povo; governar sem política (RANCIÈRE, 2014, p. 101-102).

Rancière (2014) aponta que, na visão dos detentores do poder democrático, seus especialistas e sua ciência bastam para o progresso da humanidade, uma visão de mundo que “deve” ser compartilhada pelo povo apenas a partir da fé deste projeto. É neste imbróglio que se produz as vozes antidemocráticas contemporâneas, que culpam a vontade popular pelos equívocos da democracia, mas que, em última instância, nunca tendeu a operar em prol desta vontade popular. Assim:

Em certo sentido, portanto, o novo ódio à democracia é apenas uma das formas da confusão que afeta o termo. [...] fazendo da palavra “democracia” um operador ideológico que despolitiza as questões da vida pública para transformá-las em fenômenos da sociedade, ao mesmo

tempo que nega as formas de dominação que estruturam a sociedade (RANCIÈRE, 2014, p. 116).

Em suma, a partir de Rancière compreendemos que a democracia não passa de uma forma de camuflar os interesses oligárquicos travestidos de vontade política geral. Em qualquer momento que a democracia possa “correr o risco” de ser governada por “qualquer um”, esta tende a ser combatida e entendida como a destruição da civilização democrática. O ódio se manifesta quando a democracia se pretende plenamente democrática.

Com os autores mobilizados até aqui, nosso interesse é demonstrar que uma educação operada pela via do Estado não pode oferecer, em grande medida, as condições para a superação das contradições do mundo, seja pelo poder da classe dominante, seja pela instrumentalização da razão, seja pelo factóide da democracia.

Voltamos aqui a tratar do que Frigotto (2017) e Saviani (2017) nos têm a dizer sobre o MESP. Para o primeiro, é muito evidente compreender o cinismo que o nome “Escola sem Partido” carrega ao entender sua associação com as classes dominantes no Brasil. Ao manipular a semântica dos conceitos, tenta imprimir uma visão de neutralidade de suas preocupações, ao passo que reitera enfaticamente uma perspectiva de educação que procura legitimar ao naturalizar a configuração do mundo a partir dos valores capitalistas. Assim, “[...] as teses [do MESP] se disseminam no processo de um renovado culto ao mercado e correlato ataque à esfera pública e aos trabalhadores de setor público, em especial, da educação e da saúde” (FRIGOTTO, 2017, p. 18). Sem a condição da classe trabalhadora de fugir da dominação no plano cultural, a força da classe dominante em tornar suas ideias como ideias de todos ocupa todos os espaços para a manipulação ideológica, desde a imprensa até o que interessa mais objetivamente ao MESP: a educação pública.

No mesmo sentido de análise, Saviani (2017) entende o MESP como uma ofensiva de direita que apresenta um duplo componente. O primeiro refere-se ao caráter global e está ligado as implicações que a crise do capitalismo enfrenta. Para tentar criar condições da superação desta crise socializando as perdas somente para a classe dominada, precisa recorrer a coerção política para implementar políticas educacionais que consigam fornecer os instrumentos de persuasão da massa, para que assim os rumos do governo, amplamente dispostos aos interesses dos dominantes, sejam compreendidos como corretos e inquestionáveis. O segundo componente se refere a especificidade da formação social brasileira, em que a classe dominante, ao pressentir riscos a sua hegemonia por conta da

participação popular, tende a tramar golpes à democracia. Nesta última circunstância, os dominantes precisam estimular grupos raivosos de extrema-direita para fazer valer suas ofensivas ao Estado Democrático de Direito. É por isso que para Saviani (2017, p. 231), o MESP deseja que a educação seja vinculada ao ideário de partidos que representam hoje vozes de direita e visões reacionárias, grupos que “[...] visam manter o estado de coisas com todas as injustiças e desigualdades que caracterizam a forma da sociedade dominante no mundo de hoje”.

Neste sentido, o MESP se encaixa como uma forma de compreendermos os interesses da classe dominante pelas políticas e gestão da educação para além do espaço propriamente educacional. Como visto, o movimento apresenta uma relação com os interesses de grandes empresários e setores conservadores da sociedade, ao mesmo tempo em que possui como uma de suas principais bandeiras o combate às interpretações do mundo que questionam a dramática desigualdade entre dominantes e dominados. Não é sem razão que o próprio Marx, sua vasta obra e aqueles que dela embasam sua prática são perseguidos pelo movimento. Assim, o MESP se configura como entidade da sociedade civil que extrapola os muros da escola – os quais nunca entrou efetivamente e nem precisou entrar para fazer valer sua vontade – e defende os valores da classe dominante como valores universais, de tal modo como se aludissem ao interesse de toda a humanidade. Neste sentido, a aparente indistinção das ideias entre dominante e dominado subtrai ao dominado a condição de compreender sua situação. O MESP consegue, na sua atuação política, convencer a classe dominada que as ideias “revolucionárias” são ruins e legitimar a perspectiva de mundo dominante ao mesmo tempo que justifica sua atuação a partir dos “valores” democráticos.

Nos parece, desta maneira, que mesmo não racional ou intencionalmente, o MESP se apresenta como um movimento que busca um acirramento das formas de dominação da classe dominada, sobremaneira num contexto histórico que exige do capital toda sua força hegemônica como condição para superar uma crise que passa pela dinâmica que lhe é tácita. Como momentos de crise podem, ainda que minimamente, permitir um desvelamento das contradições sociais com força transformadora, torna-se nodal os enfrentamentos a quaisquer perspectivas que potencializem as condições de conscientização dos oprimidos. Assim, as proposituras, abrangência de atuação e alianças sinérgicas do MESP revelam o



que consiste seus “reais” objetivos: mitigar o pensamento transformador que pode vir a germinar no terreno já quase infecundo da educação pública.

## Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi compreender os intentos do MESP para além dos seus interesses claramente estipulados naquilo que julgam sua razão de existir. Para isso, percorremos algumas reflexões teóricas que nos proporcionaram uma leitura mais abrangente do MESP que não apenas seus efeitos no cenário educacional. Sem a pretensão de esgotar o debate sobre a atuação do MESP e tampouco buscando contemplar de modo exaustivo os autores mobilizados, pudemos indagar seus possíveis efeitos na sociedade, compreendendo os “reais” objetivos deste movimento.

Importa considerar que os autores aqui tratados nos permitiram abordagens que se limitam às próprias perspectivas que consideram na análise da sociedade. Assim, outras mobilizações teóricas podem permitir outras formas de compreender os efeitos do MESP na sociedade e no âmbito educacional.

É a partir do olhar criterioso das relações sociais e de seus efeitos políticos que podemos compreender mais eficazmente as condições de dominação impostas à maioria explorada do mundo. E só a partir do desvelamento dos lobos em pele de carneiro é que se pode criar as condições de superação da realidade aviltante à dignidade humana.

## Referências

FERREIRA, Paula. Escola sem Partido anuncia suspensão de atividades, e criador do movimento desabafa: 'Esperávamos apoio de Bolsonaro'. *O Globo*: Sociedade – Educação. Matéria publicada em 18 jul. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2MKh0eq>>. Acesso em 20 ago. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editorial Avante!, 1997.

MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, Luis F.. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGOS, Esther S. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

PENNA, Fernando. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

RANCIÈRE, Jaques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana & LUCENA, Lurdes. *A crise da democracia brasileira – Volume I*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.